Federação Portuguesa de Judo

Ata nº 181

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, pelas dez horas e trinta minutos (em segunda convocatória), reuniu, no Auditório do Comité Olímpico de Portugal, em Lisboa, a Assembleia Geral Extraordinária da Federação Portuguesa de Judo (FPJ), sob a presidência do Dr. Carlos Andrade, Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG).

A MAG foi constituída pelo supra referido Presidente, pelo Vice-presidente, Dr. Paulo Canto e Castro, e pelo Secretário, Dr. Filipe Carmo Ferreira.

A ordem de trabalhos da convocatória, enviada em vinte e nove de dezembro, foi a seguinte:

- Ponto um: Aprovação da ata da última Assembleia Geral
- Ponto dois: Orçamento para 2016
- Ponto três: Alterações ao Regulamento Eleitoral

O Presidente da MAG deu as boas-vindas aos delegados, cumprimentou os membros dos órgãos sociais da FPJ presentes, nomeadamente o Presidente da Direção, Eng.º Manuel Costa e Oliveira, o Tesoureiro, Dr. Miguel Medeiros, e o Secretário-geral da Direção, Sr. Luís Noronha, e o Presidente do Conselho Fiscal, Dr. Eduardo Trigo de Morais.

Informou então que seria a última vez que a AG teria esta composição, em razão das alterações aos Estatutos votadas na AG de um de agosto de 2015 e ao Regulamento Eleitoral, aprovadas pela Direção. Relativamente à representação dos clubes, o Secretário-geral questionou se era intenção do Presidente da MAG fazer uma eleição para os delegados dos clubes fora do quadro eleitoral de renovação dos órgãos sociais, tendo o Presidente da MAG respondido afirmativamente. Para que a representação dos clubes seja legítima, torna-se necessário desencadear-se um processo eleitoral intercalar.

O Secretário-geral manifestou alguma preocupação por estar prevista a Assembleia Geral para apresentação do Relatório e Contas de 2015 no final do mês de março ou no início de abril e o Regulamento Eleitoral estipular um período eleitoral de sessenta dias.

O delegado Jorge Fernandes interveio, concordando com a possibilidade de se manter a atual composição da AG nessa ocasião, visto que o Relatório e Contas em análise é referente ao ano de 2015.

O Presidente da MAG decidiu então que todas as questões do Regulamento Eleitoral seriam tratadas no ponto três da Ordem de Trabalhos.

No que concerne ao ponto um da Ordem de Trabalhos, foram aprovadas por unanimidade as atas 180 e 177, referente à última AG e à AG Extraordinária de dez de maio de 2015, respetivamente.

Deu em seguida a palavra o Presidente da Direção para apresentação da versão do Orçamento Ajustado apresentado em janeiro. O Presidente da Direção cumprimentou a MAG, o Presidente do Conselho Fiscal, o Diretor Técnico e os delegados.

Passando ao Plano e Orçamento para 2016 referiu que as versões apresentadas em novembro não mereceram acolhimento por parte dos delegados, tendo a Direção refletido sobre as observações feitas a esses documentos e sido sensível a grande parte das sugestões dos delegados, integrando-as nas versões apresentadas em janeiro, que são colocadas à votação na presente assembleia. Referiu-se ainda à mensagem que dirigiu aos delegados no passado dia quatro de fevereiro, insistindo na questão de que a ausência de um Plano e de um Orçamento devidamente aprovados poderá levar à interrupção do financiamento por parte da tutela e que essa situação já sucedeu em 2016, não tendo a FPJ recebido a dotação duodecimal de janeiro e que a mesma já não será atribuída. Deu conta da assinatura do contrato-programa e do contacto mantido com o Presidente do IPDJ em que foi por este informado que a FPJ não irá receber o duodécimo de janeiro, mesmo havendo um contrato-programa assinado e publicado em Diário da República. Considerando que a Assembleia Geral é naturalmente soberana nas suas decisões, instou os delegados a solicitarem todas as alterações que entendam necessárias para a viabilização da aprovação do Plano e do Orçamento para 2016, ressalvando que caberá à Direção cumprir o que a Assembleia Geral deliberar. Terminou a sua intervenção, apresentando a preocupação com os eventuais prejuízos que a não aprovação do Plano e Orçamento para 2016 possa provocar e pedindo ao Tesoureiro que pormenorizasse o Orçamento.

O Tesoureiro começou por salientar que o Orçamento para 2016 foi ajustado para acomodar as sugestões efectuadas pelos delegados, sendo agora um orçamento expansionista e que visa dar resposta às segundas e terceiras linhas, aos juvenis e aos cadetes. Tem como pressupostos a realização dos eventos elencados, através do financiamento público, mas também privado, procurando-se a diversificação das fontes

de receita, o não aumento remuneratório dos colaboradores, a existência de dez atletas no Projeto Olímpico e o incremento dos contratos-programa com o IPDJ. Apresentou ainda uma relação de patrocinadores, clarificando que nem todos os patrocínios são monetários mas em género. Mais adiantou que em 2015, pela primeira vez em três anos, a FPJ teve um lucro de cinquenta e oito mil e quinhentos euros. Para tal foi decisiva a contribuição da realização do Torneio para Cegos, sendo ainda fundamental para que os salários de janeiro pudessem ser pagos, bem como as deslocações de atletas. Destacou ainda a incorporação das sugestões feitas pelos delegados neste orçamento ajustado e o entendimento pela Direção da manifestação de desagrado dos delegados na votação na anterior Assembleia Geral, revelando que a FPJ não recebe verbas desde o dia dois de dezembro, que a situação é muito crítica e que há apenas dinheiro suficiente para pagamento da Taxa Social Única, o que compromete os atletas no Projeto Olímpico. Finalizou a sua intervenção, solicitando que o julgamento da Direção seja feito dentro de seis meses em eleições e salientando que a rejeição deste orçamento não seria positivo para ninguém.

O Presidente da Direção pediu a palavra para retomar a temática dos patrocinadores. Quanto a apoio financeiro, apenas os Jogos Santa Casa e a Angelini contribuem para as receitas extraordinárias. Os restantes apoios, em género, são dirigidos à FPJ ou às suas iniciativas ou aos agentes das associações, traduzindo-se em descontos.

O Presidente da MAG deu então a palavra o Presidente do Conselho Fiscal.

O Presidente do Conselho Fiscal fez votos de uma Assembleia Geral construtiva, tendo como objetivo a aprovação do Orçamento Ajustado. Referiu que o Orçamento Ajustado preconiza um aumento da despesa na ordem dos duzentos mil euros, sendo que as verbas do Alto Rendimento deverão ser incrementadas em cento e setenta mil euros, decorrendo este aumento do alargamento do número de atletas beneficiários de bolsas do Alto Rendimento e o remanescente de gastos com o Centro de Alto Rendimento. No caso das bolsas do Alto Rendimento, o Conselho Fiscal e a Direção efetuaram simulações que permitem acomodar variações de entre vinte e cinco a trinta mil euros e não deverá haver a disponibilidade de outras fontes de financiamento, sendo que no pior cenário terá de ser apresentado um orçamento retificativo. Mencionou ainda a verba de cerca de cinquenta mil euros destinada ao Desporto Adaptado, ao Judo Feminino e ao Desporto Escolar e concluiu a explicação do parecer com a referência à quase total

dependência das verbas a serem disponibilizadas pelo IPDJ. Classificou o orçamento como mais ambicioso face a 2015, nomeadamente quanto ao financiamento público, expressando a necessidade de um trabalho de angariação de receitas extraordinárias para que a modalidade possa crescer.

O delegado Fausto Martins de Carvalho afirmou comungar das preocupações de todos os agentes do Judo nacional, incluindo a Direção da FPJ, em particular nos aspetos que possam afetar a prática desportiva e o desenvolvimento do Judo, mas recusou abdicar da assunção de posições em consciência, considerando que os delegados têm o dever de dar as suas opiniões e procurar soluções para o Judo nacional, sendo que as opções que tiverem maior adesão por parte da generalidade dos delegados são as que devem ser as mais corretas para o movimento associativo. Sobre a apresentação de orçamentos que possam ter a adesão da maioria dos delegados, acometeu essa responsabilidade à Direção da FPJ, criticando a mensagem do Presidente dirigida aos delegados dias antes da Assembleia Geral, no sentido de alterarem a sua posição relativamente ao Plano e ao Orçamento para 2016. Criticou as contradições constantes expressas nas atas aprovadas no ponto um da Ordem de Trabalhos, chamando à colação a oposição de vários delegados à aprovação de um orçamento para 2016 suportado numa base virtual, motivada pela decisão extrema e de confronto do Presidente da Direção de não submeter à Assembleia Geral uma segunda versão do orçamento retificativo, após a rejeição verificada em agosto. Debruçou-se em seguida sobre um conjunto de contradições contido na Fundamentação ao Orçamento para 2016 e sobre as restrições financeiras invocadas pelo Presidente da Direção, recordando a inexistência do Orçamento de Estado e a continuação de funcionamento do Estado, mesmo que num regime de duodécimos, solução que a FPJ deverá adotar sem grandes dificuldades para a sua gestão. Terminou a sua exposição referindo-se à possibilidade de outras entidades desportivas como o Comité Olímpico de Portugal poderem intervir em áreas específicas como o apoio aos atletas do Projeto Olímpico, não se devendo considerar o conjunto das circunstâncias como uma situação uniforme.

O delegado Mário Coelho lamentou que a Assembleia Geral não fosse realizada na Ilha Terceira, conforme proposta apresentada em novembro, e pediu que a votação do orçamento ficasse registada nominalmente na ata. Pediu depois esclarecimentos sobre o conceito de "Associações mais pequenas", sobre o financiamento da formação dirigida

aos professores do Desporto Escolar e da verba de seis mil euros prevista para ser utilizada neste âmbito, sobre as ações que estão previstas para o Desporto Adaptado com uma verba prevista de vinte mil euros, sobre os dezassete mil euros destinados ao Judo Feminino e seis mil euros para o *site* institucional da FPJ, sobre a necessidade da aquisição de vinte e cinco mil euros de tapetes de Judo e o gasto de quinze mil e quinhentos euros anuais com a emissão de cartões federativos. A terminar solicitou que fosse clarificada a aparente contradição entre o orçamento a rúbrica 68911 Bolsas de Atletas e a circular 005/16 Bolsa ARSN, em que o valor da primeira aumenta substancialmente e os valores dos diferentes níveis diminuem significativamente.

O delegado António Leal saudou os presentes, reiterou a preocupação face ao Orçamento apresentado e referiu-se aos apelos da Direção e do Presidente do Conselho Fiscal, relevando a importância da imparcialidade deste órgão. Analisou detalhadamente o parecer do Conselho Fiscal, nomeadamente a principal fonte de receitas da FPJ, e relacionou, tal como fizera o delegado Fausto Martins de Carvalho, com o teor das atas aprovadas das Assembleias Gerais anteriores, apontando as contradições evidentes. Concluiu a sua intervenção manifestando a preocupação com as rejeições do Orçamento para 2016 e Orçamento Retificativo de 2015 e as observações críticas ao Relatório e Contas neste final de mandato.

O delegado Rui Veloso cumprimentou os órgãos sociais e os delegados presentes e perguntou de que forma será distribuída a verba da Formação, nomeadamente qual o tipo de ações que será financiado, uma vez que as ações previstas pelas Associações foram enviadas no início da época para a FPJ, que as terá remetido para o IPDJ. Neste momento a FPJ já deve ter um plano das ações que vai desenvolver no âmbito da Formação e uma noção dos respetivos custos. Excluiu as ações do *Judo@school*, uma vez que os encargos deste projeto serão suportados pela Direção Geral da Educação, conforme lhe confidenciou o Presidente da Direção. A terminar perguntou se havia algum fator que distinguisse o financiamento do Judo Feminino do Judo Masculino, solicitando informação sobre as ações relativas ao Judo Feminino e ao Judo Adaptado.

O delegado Pedro Pinheiro manifestou as mesmas preocupações do delegado Fausto Martins de Carvalho, principalmente com a necessidade de haver um orçamento aprovado, de modo a que o Estado possa manter o financiamento à FPJ, dentro da lei dos contratos-programa. Partilhou a sua satisfação com a existência de taxas no

orçamento, visto defender que a adoção de taxas permitirá a independência financeira da FPJ face ao Estado, o que reputa de fundamental. Explanou a experiência da aplicação de taxas na Associação do Porto, que considera satisfatória. Manifestou então a preocupação com os Juvenis, mais concretamente com o treino aberto deste escalão em Valença e com a exigência de um autocarro para transporte de atletas de Lisboa feita aos promotores da ação, exigindo que o mesmo venha a suceder no sentido inverso, quando este tipo de ação se realizar em Lisboa. Referiu-se ainda aos valores cobrados para participação no treino aberto e ao pouco cuidado na escolha do local de alojamento, que se localiza em Espanha, o que implica uma autorização parental validada notarialmente com custos significativos associados.

O delegado Eduardo Correia informou que este foi o primeiro orçamento que provocou sérias dúvidas quanto à posição a tomar na Assembleia Geral, mas que o vai votar favoravelmente, porque teme que a FPJ corra o risco de ter de parar a sua atividade e mesmo de fechar portas, se não o fizer. Não o preocupam contudo os atletas do Projeto Olímpico, uma vez que o Comité Olímpico não deixaria de lhes proporcionar todas as condições necessárias à sua preparação e participação nos Jogos Olímpicos. Manifestou a sua satisfação com a proposta do delegado Mário Coelho, no que respeita ao registo nominal dos delegados em ata, secundando a proposta, porque considera importante o registo para memória futura da lista de delegados que podem colocar em causa o Judo nacional a sete meses do final do mandato desta Direção. Aludiu depois à inexistência de contratos-programa entre as Associações e a FPJ e à reiterada falta de apresentação de Relatórios e Orçamentos por parte das Associações com o beneplácito do IPDJ. Dirigiu-se depois ao Presidente da Direção, considerando ser sensível à disponibilidade para acolher alterações à proposta de orçamento, mas sendo frontalmente contra a manutenção de um Presidente, que tenha de governar com um orçamento subvertido com alterações que o descaracterizam totalmente. Nesse caso, considera que deverá ser o próprio Presidente a demitir-se de imediato e serem marcadas eleições, não admitindo que um Presidente governe com um orçamento que não é o seu. Relativamente ao Orçamento Ajustado, no que respeita ao Enquadramento Específico, questionou que verba seria alocada à melhoria do acesso à Base de Dados da FPJ, responsabilizando a atual Direção pela manutenção do sistema e pela sua deterioração nos últimos quatro anos. Concluiu a sua intervenção, reiterando o voto favorável no Orçamento, o

reconhecimento de que este não é o momento correto para provocar a demissão da Direção, e a afirmação de que o Presidente e a Direção não se deverão manter em funções, caso o Orçamento aprovado seja substancialmente modificado, perdendo a sua identidade.

O delegado Carlos Ramos justificou a sua intenção de votar contra o Orçamento Ajustado pelas razões expressas pelo delegado Eduardo Correia e solicitou que fosse esclarecida definitivamente a questão das dívidas herdadas por esta Direção, na sequência das declarações do atual Tesoureiro, e qual o valor do passivo deixado pela anterior Direção. Esta preocupação resulta do valor do passivo da FPJ de duzentos e oitenta mil euros afirmado pelo Tesoureiro na última Assembleia Geral, correspondendo grosso modo a cerca de cem mil euros por ano de défice anual, o que constituirá um enorme e grave encargo para a próxima Direção da FPJ. No que respeita ao Orçamento Ajustado, questionou o encaixe de oitenta e quatro mil e quinhentos euros de receitas próprias no Desenvolvimento Desportivo previsto pela Direção, que corresponde a um aumento de vinte e três por cento face a novembro de 2015, procurando ser esclarecido se esta verba é angariada através de patrocínios ou se há a inclusão de taxas, situação que não surge referenciada na Fundamentação ao Orçamento 2016.

O delegado Jorge Fernandes retomou as questões levantadas acerca das dívidas e passivo herdados por esta Direção, pedindo um esclarecimento cabal sobre os dados constantes do Relatório e Contas de 2012, querendo avaliar se a aprovação do documento foi efetuada de forma regular e credível, uma vez que nele não constavam dívidas, ao contrário das afirmações do Tesoureiro. Referindo-se ao comentário do delegado Eduardo Correia sobre o pedido de destituição do Presidente no início de 2014 tranquilizou-o, afirmando não fazer sentido falar agora em demissão da Direção, e aproveitou a oportunidade para questionar o Presidente sobre as ausências do Vice-presidente e do Vogal da Direção e se este último não se teria mesmo demitido, dado que este não comparece nas Assembleias Gerais há muito tempo. Quanto ao Orçamento, não lhe parece que o Orçamento 2016 possa provocar a demissão do Presidente e da Direção a sete meses do termo do mandato, mas rejeitou a responsabilidade que se pretende imputar aos delegados, que têm como dever obrigar ao cumprimento das normas por parte da Direção. Como exemplo de incumprimento nos últimos três anos referiu as assembleias gerais e, em concreto, a Assembleia Geral ordinária de

apresentação do Orçamento 2016, que se devia ter realizado em outubro passado, e a presente Assembleia Geral que devia ter sido realizada até ao final de 2015, não tendo assim sucedido exclusivamente por responsabilidade da Direção. Nessa sequência lamentou a chantagem sobre os delegados para aprovarem o orçamento, classificando a ameaça da interrupção do financiamento público como resultante da incompetência da Direção. Relatou depois a abordagem do Presidente e do Vice-presidente, durante o Campeonato Nacional de Seniores, com o objetivo de auscultar a sua opinião sobre as alterações necessárias para que o Orçamento 2016 pudesse ser aprovado e elencou as alterações que propôs. Para seu espanto, o Orçamento Ajustado não contempla nenhuma das alterações sugeridas e aceites pelo Presidente e inclui ainda a adoção de taxas, sem que essa temática tivesse sequer sido aflorada. Referiu-se criticamente às circunstâncias relatadas pelo delegado Pedro Pinheiro relativas ao treino aberto em Valença, partilhando as mesmas preocupações. No que respeita às taxas, opõe-se à sua cobrança pela FPJ aos atletas, uma vez que estes já pagam a mensalidade nos clubes, os seguros e taxas associativas em algumas Associações, considerando não haver necessidade que a FPJ adote essa prática por o financiamento público ter aumentado em 2015 e por a FPJ perspetivar novo aumento substancial desse financiamento em 2016. Reiterou as críticas à falta de respeito e à coação sobre os delegados para que aprovem o Orçamento Ajustado, insurgindo-se com a forma camuflada como dezasseis mil euros correspondentes à cobrança de taxas foram integrados no Orçamento Ajustado e questionando se o Presidente estava satisfeito com a taxa de participação nas provas nacionais. Concluiu a sua intervenção, manifestando disponibilidade para aprovar o Orçamento Ajustado, no caso de serem eliminadas as taxas previstas e aumentadas para quinze mil euros as verbas destinadas à participação da arbitragem nacional a nível internacional.

O delegado André Alves solidarizou-se com a posição do delegado Fausto Martins de Carvalho sobre o funcionamento por duodécimos quando não há orçamento aprovado, mas não colocou em causa a pressão que possa estar a ser imposta pelo IPDJ. Sobre o Orçamento para 2016, entende que deveria ter havido um cuidado acrescido por parte da Direção na sua elaboração, uma vez que a atual Direção não foi eleita por uma maioria absoluta de delegados. Sobre a arbitragem internacional admitiu estar resignado com a situação, preferindo omitir a sua opinião e fazer votos para que haja um árbitro

português nos Jogos Olímpicos à semelhança do que deverá suceder nos Jogos Paralímpicos, lamentando a ausência deste último no Estágio de Árbitros e Treinadores no Japão. Sobre a temática das taxas entende que não deverão ser prosseguidas indefinidamente as tentativas da sua implementação, sendo indubitável e categórica a posição de oposição da maioria dos delegados expressa em várias assembleias gerais e considera que as taxas de participação em provas são ainda mais injustas, sendo pouco compreensível que se passe de uma situação de subsídio à participação para uma situação de taxação da participação. A finalizar convidou a Direção a eliminar as taxas do Orçamento Ajustado, de modo a poder votá-lo favoravelmente.

A delegada Carolina Costa interveio para se manifestar favorável às taxas e expôs a experiência da Associação de Lisboa nesta matéria.

O Presidente da MAG comunicou à Assembleia Geral que se iria dar início à segunda ronda de intervenções, dando a palavra ao Presidente da Direção.

O Presidente da Direção começou por abordar a questão da pressão sobre os delegados, lendo do ofício enviado pelo IPDJ em 15 de janeiro o parágrafo referente às situações por regularizar pela FPJ que impedem a celebração de novos contratos. Na sequência dessa comunicação, afirmou ter contactado o Presidente do IPDJ, transmitindo-lhe a preocupação com a gravidade da situação para o Judo nacional, e encetou um processo negocial com os técnicos do IPDJ, não tendo contudo sido possível alcançar um resultado satisfatório. Não tendo outra informação para dar aos delegados, deverão ser estes a deliberar da forma que entenderem e depois se verá quais as consequências. Sobre a menção do delegado Fausto Martins de Carvalho à não apresentação de uma segunda versão de Orçamento Retificativo, assumiu ser essa uma posição natural face ao não acolhimento dos delegados da versão apresentada, mantendo-se a execução do Orçamento para 2015 aprovado em dezembro de 2014. Sobre o regime duodecimal informou que, apesar de haver contratos assinados e mesmo publicados no Diário da República nessa base, o Presidente do IPDJ afirmou não irá conceder esse financiamento. Confirmou depois que os atletas do Projeto Olímpico terão a sua situação salvaguardada, caso os delegados não deliberem a aprovação do Orçamento para 2016, mas alertou os delegados que em 2016 ainda não recebeu qualquer verba, quer do Comité Olímpico, quer do Comité Paralímpico e que os atletas prosseguem a sua preparação e o apuramento olímpico com recurso ao crédito.

Dirigindo-se ao delegado Mário Coelho, congratulou-se com o pedido de identificação nominal dos delegados na votação a realizar e respondeu às questões relativas ao Judo Adaptado, ao Judo Feminino e à aquisição de vinte e cinco mil euros de tapetes de Judo. Quanto ao Judo Adaptado, justificou o reforço da verba de sete mil e quinhentos para vinte mil euros com o aumento da participação no Judo nas áreas das deficiências visual, auditiva e intelectual. No que concerne ao Judo Feminino, a verba consignada decorre das solicitações de muitas Associações e manifestou preocupação por não haver participação feminina no escalão de veteranos. A explicação para a aquisição de vinte e cinco mil euros de tapetes de Judo reside no facto de ter sido considerado que as instalações do Jamor não cumprem satisfatoriamente as exigências do treino das selecções nacionais, sendo necessário equipar o espaço alternativo encontrado no Estádio Universitário de Lisboa. Sobre o pavilhão, informou que as bancadas em frente ao tapete de Judo já foram removidas, sendo agora necessário preencher com tapetes o espaço até à porta. Haverá uma área de tapetes com cerca de 500 m^2, mantendo-se ainda assim a utilização do tapete do Jamor.

Sobre os comentários do delegado António Leal, aceitou a referência à lógica de continuidade do Orçamento, salvaguardando a vertente de ajustamento às deliberações dos delegados, debruçando-se depois sobre os apoios dos patrocínios.

Quanto às questões da formação levantadas pelo delegado Rui Veloso, pediu que as respostas fossem dadas pelo Secretário-geral e pelo Diretor Técnico, focando-se apenas no *Judo@School*, cujos manuais são pagos pela FIJ e que tem apenas o custo da mobilização do pessoal da FPJ, que considera reduzido.

Relativamente ao treino aberto de juvenis em Valença, informou que esta ação não é uma iniciativa da FPJ, sendo o custo de trinta e cinco euros uma verba para o clube e não para a FPJ, declinando responsabilidades na definição do local de alojamento.

Prosseguiu a sua intervenção, abordando a temática das taxas, que é para a FPJ uma questão acabada, apesar dos elementos da Direção serem favoráveis à aplicação de taxas aos agentes do Judo. Considerou que a questão só foi reaberta por causa de reflexões com origem no tecido associativo, que a Direção acolheu, tendo decidido taxar a participação em prova. O produto desta taxação servirá para o investimento em projetos de desenvolvimento e não para a atividade regular da FPJ.

Relativamente às afirmações do delegado Eduardo Correia sobre a governação com um orçamento profundamente alterado, concordou não ser aceitável governar com um orçamento distorcido nas suas bases orçamentais, mas considera que as propostas de alterações incluídas até ao momento não ofendem os princípios da Direção.

Em resposta à questão da situação de dívidas herdadas da Direção anterior colocada pelo delegado Carlos Ramos, afirmou ter recebido mais de duas centenas de milhares de euros de faturas nos primeiros quinze dias do mandato e, após consulta ao Tesoureiro, avançou ser possível uma auditoria às contas a esse tempo, que poderia confirmar a situação financeira herdada. Assim, entende ser preferível aguardar a realização dessa auditoria antes de proferir uma resposta definitiva. Sobre os valores das receitas próprias inscritas no Desenvolvimento Desportivo, confirmou que as suas expectativas quanto a patrocínios foram goradas e que no Campeonato *IBSA* a iniciativa privada virou as costas a este evento, tendo o Estado tido o comportamento oposto, apoiando o mesmo a ponto de haver um incremento no apoio ao desenvolvimento do Judo.

Sobre o Vice-presidente e o Vogal da Direção, reiterou que ambos se mantém firmes na Direção, permanecendo aptos e entusiasmados nas respetivas funções, não se perspetivando demissões de nenhum elemento da Direção.

Sobre a troca de opiniões entre o delegado Jorge Fernandes, o Vice-presidente e ele próprio, durante o Campeonato Nacional de Seniores, sobre as alterações necessárias para que o Orçamento 2016 pudesse ser aprovado, admitiu que o entendimento das opiniões possa ter sido diferente para cada interlocutor, tendo ficado com a ideia de que seria suficiente a garantia de que seria submetido aos delegados um Orçamento Retificativo, o que vem expresso na Fundamentação ao Orçamento para 2016. Respondeu ainda sucintamente a outras questões colocadas e remeteu algumas informações para respostas dadas anteriormente a outros delegados. Sobre a verba de dez mil euros destinada à arbitragem a nível internacional, informou manter-se a reflexão sobre esta área, sendo seu entendimento que existe a necessidade de se encontrar outras fontes de financiamento à semelhança do que acontece com os atletas e os treinadores, ou seja, entrando no modelo de participação a "expensas próprias." Mais informou que está a avaliar a programação da participação internacional da arbitragem nacional em conjunto com o Presidente do Conselho de Arbitragem.

Respondendo ao delegado André Alves confirmou as suas afirmações relativas aos duodécimos, instou-o a não desistir da Arbitragem e explicou a participação nacional no Estágio de Árbitros e Treinadores no Japão e nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Sobre a retirada das taxas do Orçamento Ajustado, acometeu essa responsabilidade aos delegados, declinando a competência para o fazer.

Terminou a sua intervenção corroborando as palavras da delegada Carolina Costa sobre a taxa de participação em competição.

O Tesoureiro clarificou a questão da execução orçamental de 2015, prevendo um resultado líquido positivo na ordem dos cinquenta e sete mil e quinhentos euros, fruto sobretudo do Campeonato *IBSA* que deu um lucro na ordem dos oitenta e cinco mil euros. Em 2016 espera que se mantenha a continuidade da inversão da tendência, tendo o Orçamento para 2016 sido ajustado em função das considerações expressas na Assembleia Geral de novembro passado, concluindo a sua intervenção apelando ao compromisso e a que não se provoque uma situação de eleições antecipadas.

O Secretário-geral entregou à MAG os ofícios relativos às imposições do IPDJ, para que os mesmos constem em ata assim como as exigências da regularização das falhas em relação aos compromissos assumidos. Em resposta à questão do delegado Rui Veloso sobre os critérios de distribuição das verbas da Formação, explicou que a Direção determinou que a dotação do IPDJ para a Formação atribuída à FPJ será distribuída proporcionalmente pelas entidades que realizam ações de formação em 2016, tal como ocorreu desde 2013, quando anteriormente as verbas eram totalmente absorvidas pelos custos das atividades de formação da FPJ, sendo apenas o remanescente distribuído às Associações. Sobre o contrato-programa relativo à Formação para 2016 informou os delegados que o mesmo ainda não foi apresentado pelo IPDJ, não se sabendo consequentemente quais os valores envolvidos este ano, e adiantou que ainda não foi devolvido o contrato apresentado e assinado pela FPJ em 2015 devidamente assinado pelo IPDJ, o que é mais grave. Relativamente à consignação de verbas ao Judo Feminino, ao Judo Paralímpico e ao Desporto Escolar, justificou com o facto de o processo de candidatura entregue ao IPDJ contemplar estas áreas e esse processo de candidatura ser depois confrontado com o Orçamento, sendo necessário haver uma contraparte real no orçamento no mesmo valor. Sobre os cartões de federados afirmou ser objetivo da Direção conseguir retomar os cartões

identificativos dos federados em 2016 com a diferenciação do tipo de agentes. Atribuiu ainda a responsabilidade da génese dos problemas informáticos que subsistem ao estabelecimento pela anterior Direção de um contrato com uma empresa sem um caderno de encargos, estando a Direção a negociar a revisão do enquadramento e a implementação do processo numa fase de testes de qualidade.

Antes da última ronda de intervenções, o Presidente da MAG referiu-se às questões das dívidas deixadas pela sua Direção, lembrando que o próprio Presidente da atual Direção fazia parte da sua Direção como Secretário-geral e frisou que considera fiéis e verdadeiros os documentos aprovados pela Assembleia Geral. No entanto, como há tantas dúvidas, é com satisfação que acolhe a iniciativa da Direção de mandar verificar em concreto esse período, constituindo uma forma simpática de se resolver definitivamente a questão, e que não se deve perder a oportunidade para verificar a situação integralmente, ou seja, até ao presente.

Informou depois os tempos utilizados pelos delegados e pela Direção e, apelando à capacidade de síntese dos delegados, deu a palavra ao delegado António Leal.

O delegado António Leal manifestou-se contra a realização de uma auditoria, por o Presidente da FPJ ter feito parte da equipa diretiva do anterior Presidente e por considerar que as questões estão resolvidas e sanadas. Dirigindo-se ao delegado Eduardo Correia, rejeitou a argumentação de que não se pode votar contra o Orçamento por causa de uma eventual interrupção do financiamento e por faltarem apenas oito meses para o final do mandato, uma vez que em mandatos anteriores não houve problemas em votar contra nas mesmas circunstâncias. Mais considerou ser tal argumento antidemocrático, não abdicando de expressar as suas ideias, de votar em consciência e de rejeitar o medo que se quer impor.

O delegado Fausto Martins de Carvalho reviu-se nas declarações do delegado André Alves sobre o regime duodecimal, relevando a excecionalidade das circunstâncias da inexistência do Orçamento de Estado. Este documento prevê o reforço de 1,4 % das verbas para a área do Desporto, o que equivale a mais de noventa milhões de euros, significando que não haja recessão no Desporto em Portugal. Relativamente à verba de dez mil euros consignada à arbitragem e que o Presidente da FPJ prevê esgotar-se até ao final do mês de fevereiro, é a demonstração de que é manifestamente insuficiente e fortemente constritora da atividade da arbitragem portuguesa a nível internacional e que

pode cercear a possibilidade de participação de um árbitro português nos Jogos Olímpicos. Sobre o Estágio Internacional do Japão para Árbitros e Treinadores esclareceu que a participação do árbitro Nuno Carvalho não contava para a ocupação das duas vagas atribuídas a Portugal e que não importou custos para a FPJ por ter sido convocado pela FIJ, que suporta esses custos, tal como sucede com as diversas provas do circuito mundial. Quanto à participação na Liga dos Campeões organizada pela UEJ, em que compete à federação nacional assumir os encargos com as despesas de deslocação e alojamento dos árbitros convocados, informou os delegados sobre a forma como a FPJ conduziu o processo, desresponsabilizando-se da organização da viagem cinco dias antes do evento. Concluiu a intervenção, justificando a existência de taxas em algumas Associações por não haver outra fonte de financiamento, ao contrário da FPJ que recebe financiamento público do IPDJ e do COP.

O delegado Mário Coelho criticou a inexistência de referências às taxas na Fundamentação do Orçamento para 2016, ao contrário do que consta no parecer do Conselho Fiscal, e as diferenças substanciais dos custos de algumas provas no plano de atividades dos seniores entre as versões do Orçamento de novembro e de janeiro. Sobre a exigência de um autocarro à Associação do Porto para transporte de atletas para treinos abertos federativos descentralizados, indagou que exigência seria feita se se propusesse realizar um evento similar na Ilha Terceira.

Tomou depois a palavra o delegado Pedro Pinheiro para perguntar se a exigência da disponibilização de um autocarro para ações semelhantes de juvenis e cadetes se tornaria norma. Quanto às taxas, continua a pugnar pela sua existência, concedendo que se a maioria dos delegados forem contra a sua implementação não se oporá à sua retirada para viabilização do Orçamento.

Foi dada a palavra à delegada Luísa Gonçalves que informou que a participação de clubes de Aveiro em ações com taxa de inscrição não tem sido mais elevada, porque há clubes que não conseguem pagar essas taxas, e, consequentemente, a Associação de Aveiro é contra as taxas. Concluiu a intervenção, afirmando ir votar favoravelmente o orçamento por causa de eventuais consequências para os atletas.

Na intervenção final o delegado Jofre Vieira propôs que o Presidente avaliasse a retirada das taxas face às posições assumidas pelas Associações.

A proposta foi tida em conta pelo Presidente da MAG que, antes da votação do Orçamento, questionou a Direção se mantinha a proposta ou se procedia à retirada das taxas, devendo nessa circunstância informar em quais as rúbricas da despesa se refletiria a redução da receita no mesmo montante.

Antes de responder à questão do Presidente da MAG, o Presidente da Direção referiu-se à auditoria como sendo uma auditoria sobre si próprio e que está solidário com o anterior Presidente da FPJ, enquanto membro da sua Direção, distinguindo contas aprovadas de faturas recebidas. Respondeu ao delegado Fausto Martins de Carvalho sobre os custos com a arbitragem internacional do árbitro Nuno Carvalho, confirmando a existência de custos reais para a FPJ na ordem das centenas de euros com as deslocações entre Coimbra e Lisboa e com o subsídio de arbitragem, rejeitando a premissa de que não há custos, quando o árbitro é convocado. Informou que pediu ajuda para o pagamento da arbitragem internacional, propondo que os árbitros pudessem arbitrar no mesmo molde de algumas participações de atletas "a expensas próprias" e que em 2014 a Associação de Coimbra suportou o custo da arbitragem na prova de clubes da UEJ. Mais adiantou que tem confrontado o Presidente do Conselho de Arbitragem com os valores das deslocações internas e do subsídio de arbitragem, que ascendem a milhares de euros.

O Presidente da MAG pediu para que não se falasse sobre conversas com uma pessoa que se encontra ausente da Assembleia Geral, tendo o Presidente da Direção anuído.

Sobre os transportes para ações de juvenis e cadetes, deixou a reflexão em aberto, bem como sobre os custos da realização de Assembleia Geral, não se comprometendo com situações futuras.

Agradeceu ao delegado Pedro Pinheiro a proposta de inclusão de taxas no Orçamento 2016, afirmando ter essa proposta sido secundada por outras Associações. Nessa sequência respondeu ao Presidente da MAG que não competia ao Presidente da Direção retirar as taxas, mas sim aos proponentes da sua inclusão, no caso o delegado Eduardo Correia e o próprio Pedro Pinheiro, aos quais manifestou solidariedade. Concluiu declarando que, caso as Associações do Porto e de Lisboa aceitassem rever a sua proposta, aceitaria a remoção das taxas do Orçamento.

Tendo sido gerada alguma agitação na Assembleia Geral, nomeadamente entre o delegado Paulo Esteves e o Presidente da Direção por causa da remoção das taxas, foi

necessária a intervenção do Presidente da MAG, determinando que a alteração terá de ser proposta por algum delegado ou pela Direção, tendo o Presidente da Direção assumida então a remoção das taxas do Orçamento.

O delegado Jorge Fernandes lamentou todo o episódio, confidenciando que o Presidente da Direção lhe transmitira que a proposta das taxas era uma exigência das Associações do Porto e de Lisboa, considerando a inclusão de taxas no Orçamento 2016 um desrespeito para com as outras dezanove Associações. Mais afirmou que votará favoravelmente se não houver taxas, incluindo as que foram cobradas aos atletas que competiram a expensas próprias em 2015.

O Presidente da MAG esclareceu que a proposta do Orçamento 2016 que será submetida a votos terá duas alterações no mesmo valor de sentido contrário, uma do lado das receitas e outra do lado das despesas. O Secretário-geral informou que seriam alterados os valores relativos aos projectos especiais.

A delegada Sara Marinho afirmou não perceber por que razão não se procede à votação, entendendo dever ser dada a possibilidade de ser votado o orçamento apresentado.

Instado pelo Presidente da MAG, o Tesoureiro explicou que a receita das taxas advinha da participação em provas, constituindo um valor simbólico de dezasseis mil euros, sendo materialmente irrelevante.

O Presidente da MAG insistiu em ter uma resposta inequívoca sobre as rúbricas em que haveria alterações, pedindo a opinião do Presidente do Conselho Fiscal.

O Presidente do Conselho Fiscal esclareceu que a receita das taxas aparece como um acréscimo no Desenvolvimento Desportivo, tendo variado nas despesas o apoio ao Judo Adaptado, ao Judo Feminino e ao Desporto Escolar. Na sua opinião, para haver consistência no Orçamento 2016 o ajustamento deverá refletir-se nestas áreas.

O Presidente da MAG precisou as alterações ao documento Orçamento Ajustado, no valor de dezasseis mil euros, tanto no lado das receitas com a remoção das taxas como no lado das despesas, nos projetos Judo Adaptado, Judo Feminino e Desporto Escolar.

O delegado Fausto Martins de Carvalho fez questão de perguntar se as taxas cobradas a atletas e clubes servem afinal para financiar projetos laterais do Judo nacional.

O delegado Mário Coelho lembrou que lhe foi respondido pela Direção na presente Assembleia Geral que havia contratos específicos para estas áreas que justificavam os

valores inscritos no Orçamento Ajustado, verificando-se agora uma alteração da justificação para esses valores. Assim questionou se há ou não contratos específicos.

O delegado Eduardo Correia interveio para rejeitar a responsabilidade relativamente ao Orçamento Ajustado apresentado pela Direção, confirmando ter dado a sua opinião e repetiu ser defensor da aplicação de taxas e que preconiza a arrecadação de um valor bem maior através desta fonte de receitas. Conclui declarando o seu voto contra o Orçamento Ajustado com as alterações introduzidas.

O delegado Pedro Pinheiro afirmou igualmente que a Associação do Porto transmitiu a sua opinião à Direção da FPJ, defendendo mais taxas para que o Judo se torne independente do financiamento público, mas que votará favoravelmente o Orçamento mesmo sem taxas. Concluiu questionando se não se pode votar o Orçamento Ajustado, tal como apresentado e, no caso da sua rejeição, o Orçamento Ajustado com as alterações introduzidas.

Em resposta à interpelação do Presidente da Direção sobre a existência formal de uma dotação específica para a Arbitragem, o delegado André Alves confirmou que a atual Direção foi a primeira a integrá-la nos orçamentos que apresenta, contudo, mesmo sem ter os dados concretos na sua posse, tem a certeza que os recursos disponibilizados pelas anteriores Direções foram substancialmente superiores comparativamente com a atual. Tal é verificável através do número de vezes em que os árbitros arbitravam no estrangeiro nos mandatos anteriores e quantas vezes o fazem no presente, em média abaixo de duas participações por árbitro. Quanto ao sentido de voto, havendo a remoção das taxas votará favoravelmente o orçamento.

O delegado António Leal criticou a facilidade com que se colocam e retiram taxas no orçamento, visando a manutenção no poder a qualquer custo, quando a existência ou não das mesmas devia ser o suporte do plano do Judo nacional. Assim são indiferentes o orçamento e o plano apresentados, já que não parece ser importante a relação entre ambos. Saudou a posição do delegado Eduardo Correia e declarou ir votar contra o orçamento, não por causa das taxas, mas por questões levantadas pelo Conselho Fiscal.

Seguiu-se a votação do Orçamento Ajustado com as alterações introduzidas na presente Assembleia Geral, tendo o orçamento sido aprovado com trinta e seis votos a favor, três abstenções e sete votos contra num total de quarenta e seis delegados.

Votaram a favor os delegados Abel Louro, Aida Palma, Albertino Quintãs, Alfredo Lucas, Ana Martins, António André Alves, António Ribeiro, António Saraiva, António Sousa, Carolina Costa, Delfim Martins, Dinis Manuel Pinto, Fernando Costa Matos, Fernando Lopes, Francisco Rosa, Isaurinda Pinto, João Ricardo Nunes, Joaquim Pina, Jofre Vieira, Jorge Batista, Jorge Oliveira Fernandes, Jorge Rosa, Júlio Marcelino, Luís Moutinho, Luísa Gonçalves, Luiz Vieira, Manuel Cabete, Manuel Francisquinho, Manuel Rosa, Maria Silva, Mariana Milheiro, Miguel Fernandes, Nuno Rosa, Pedro Godinho, Sara Marinho e Vítor Tavares.

Abstiveram-se os delegados Filipe Lopes, Pedro Pinheiro e Virgílio Silva e votaram contra os delegados António Leal, Carlos Ramos, Eduardo Correia, Fausto Carvalho, Mário Coelho, Paulo Esteves e Rui Veloso.

O delegado Mário Coelho entregou à MAG a declaração de voto que se encontra transcrita no final da ata.

Finda a votação o Presidente da MAG solicitou o voto de conforto à MAG para aprovação da minuta de ata, de modo a que a mesma possa ser entregue com a máxima brevidade ao IPDJ, o que foi aceite sem oposição de qualquer delegado.

O Presidente da MAG introduziu a discussão do ponto três da Ordem de Trabalhos, com a comunicação do acordo com o Secretário-geral para introdução de uma norma transitória que permita a redução de prazos este ano em trinta dias, para que a próxima Assembleia Geral tenha todos os delegados legitimados, através do desenvolvimento de um processo de eleições intercalares para os delegados representantes dos clubes. Deu então a palavra ao Secretário-geral.

O Secretário-geral começou por lembrar a competência da Assembleia Geral relativamente ao Regulamento Eleitoral, que se resumem à rejeição ou à aprovação das alterações e, neste último caso, à sua ratificação por dois terços dos delegados. Tendo detetado três erros no Regulamento Eleitoral apresentado, considerou necessária a correção dos seguintes artigos:

- Artigo 27º, n.º 5 - onde se lê:

> "5. As mesas de voto disporão de cinco (5) urnas, devidamente identificadas, para o depósito dos votos referentes aos delegados representantes dos clubes, dos praticantes, dos treinadores, dos árbitros e do alto rendimento, assim como dos respetivos cadernos eleitorais devidamente atualizados."

deverá ler-se:

"5. As mesas de voto disporão de quatro (4) urnas, devidamente identificadas, para o depósito dos votos referentes aos delegados representantes dos clubes, dos praticantes, dos treinadores e dos árbitros, assim como dos respetivos cadernos eleitorais devidamente atualizados."

- Artigo 6º, n.º 2 - onde se lê:

"2. Os membros dos órgãos da FPJ são eleitos por um período de quatro (4) anos, correspondente ao período de cada ciclo olímpico, sem prejuízo do disposto nos Estatutos e no número dois do artigo décimo sexto deste Regulamento."

deverá ler-se:

"2. Os membros dos órgãos da FPJ são eleitos por um período de quatro (4) anos, correspondente ao período de cada ciclo olímpico".

- Artigo 31º, n.º 2 - onde se lê:

"2. Ninguém deverá revelar em quem votou ou vai votar dentro da sede da FPJ, das sedes das Associações ou decorram atos eleitorais ou nas suas proximidades."

deverá ler-se:

"2. Ninguém deverá revelar em quem votou ou vai votar dentro da sede da FPJ, das sedes das Associações onde decorram atos eleitorais ou nas suas proximidades."

Acrescentou ainda que a exceção proposta e acordada com o Presidente da MAG para encurtamento em 30 dias do prazo para a eleição dos representantes dos delegados dos clubes, assim como o esmagamento dos prazos relacionados com essa eleição, em 2016 poderá ficar integrado no Capítulo IV – Disposições Finais e Transitórias, no artigo 36º, de modo a que esses delegados possam já estar presentes na próxima Assembleia Geral de apresentação do Relatório e Contas de 2015, no final de março ou início de abril.

O delegado Jorge Fernandes referenciou as discrepâncias dos prazos definidos no artigo 15º, n.º 10 e n.º 12 dos Estatutos e o artigo 9º, n.º 1 e n.º 4 do Regulamento Eleitoral.

O Secretário-geral concedeu que terão de ser observados os prazos indicados nos Estatutos e alterados no Regulamento Eleitoral.

No caso do n.º 3 do artigo 11º do Regulamento Eleitoral, o delegado Jorge Fernandes entendeu ser necessário alterar a sua redação, uma vez que é necessária a eleição por maioria absoluta, conforme estipula o n.º 1 do artigo 31º dos Estatutos. No que respeita ao n.º 2 do artigo 24º, questionou se é eleito o clube ou o delegado. Perguntou ainda se é possível reduzir o horário de funcionamento das assembleias de voto, previsto no n.º 6 do artigo 27º, para um único turno do dia, por exemplo, das 14:00 às 18:00, tal como sucede nas eleições para os órgãos sociais da FPJ.

O Secretário-geral justificou a opção do alargamento do horário com o número de votações em cada assembleia de voto, admitindo a redução do horário.

O delegado Pedro Pinheiro manifestou a sua preocupação com os núcleos do Desporto Escolar e as implicações que poderão ter nas eleições para os representantes dos clubes nalgumas Associações, sendo seu entendimento que não devem constar dos cadernos eleitorais e que é necessário definir o seu estatuto nos regulamentos da FPJ.

O Secretário-geral assumiu que a questão terá de ser analisada com os serviços jurídicos da FPJ, mas que é possível haver diferenciações à semelhança dos árbitros.

O delegado Carlos Ramos alertou para o desaparecimento da possibilidade do voto por correspondência em todas as votações com exceção do Alto Rendimento.

O Secretário-geral declarou que essa possibilidade nunca existiu por a lei não o permitir, sendo essa a razão para a alteração do modelo de assembleia de voto zonal para mesas de voto distritais. Mais referiu que a lei apenas permite o voto por correspondência ao Alto Rendimento, pressupondo que esses agentes podem estar ausentes do país.

Referindo-se ao n.º 1 do artigo 25º, o delegado Fausto Martins de Carvalho esclareceu que os clubes podem candidatar-se a representar a sua Associação através de um candidato que cumpra determinados pré-requisitos, mas salientou que é o delegado que é eleito e não o clube. Assim, o estipulado no n.º 3 do artigo 35º permite o absurdo de num primeiro momento o delegado ter de ser eleito e num segundo momento ser designado, quando os Estatutos da FPJ referem expressamente que os delegados dos clubes têm de ser eleitos, tal como está plasmado no dec.-lei 93/2014, de 23 de junho. A necessidade de esclarecimento desta questão advém da preocupação relativa à interpretação e da aplicação do Regulamento Eleitoral pela MAG.

O Secretário-geral explicou que a interpretação dos serviços jurídicos da FPJ é diferente da interpretação do IPDJ, sendo que a FPJ entende que é o clube que deve ser

representado e o IPDJ que o representante é necessariamente eleito. Mais informou que a presente versão do Regulamento Eleitoral foi enviado para o IPDJ nos moldes em que está, tendo sido pedido a sua análise.

O Secretário da MAG lembrou que esta alteração decorre da entrada em vigor do dec.-lei 93/2014, concretamente o n.º 6 do artigo 26º, que impõe a eleição individual dos delegados dos clubes e que tal está vertido nos Estatutos da FPJ no n.º 2 do artigo 22º. Considerou também ser necessário o desenvolvimento do processo eleitoral do delegado do Alto Rendimento e não apenas dos delegados dos clubes, uma vez que o n.º 3 do artigo anteriormente referido estabelece que este delegado é eleito por e de entre os praticantes, árbitros e treinadores do Alto Rendimento que representa e não apenas pelos praticantes. A não ser assim, não estão legitimamente representados os árbitros e os treinadores do Alto Rendimento e haverá um delegado à Assembleia Geral a mais relativamente ao que determinam os Estatutos em vigor.

O Secretário-geral referiu um parecer dos serviços jurídicos da FPJ que considera a impossibilidade de ser retirada o direito de representatividade a agentes eleitos e que os praticantes do Alto Rendimento nem comparecem nas Assembleia Geral, preferindo não se pronunciar sobre a questão levantada. Mais considerou que uma eleição para o representante do Alto Rendimento significa a retirada do direito de representatividade dos dois representantes eleitos dos praticantes do Alto Rendimento.

O Presidente da MAG considerou que as questões levantadas são de ajuste técnico, tendo a Direção tomado certamente boa nota das mesmas, e que fará o necessário ajustamento com o apoio dos serviços jurídicos.

O delegado Fausto Martins de Carvalho insistiu em levantar a questão da substituição de delegados, quando os mesmos perdem a qualidade que os legitima enquanto representantes de determinado grupo de agentes, devendo haver uma salvaguarda desse tipo de situações, invocando casos que sucederam durante este mandato.

O Secretário-geral replicou que a lei não o permite, porque a eleição é para o ciclo olímpico e que apenas através da renúncia ao mandato é que perde o direito à representatividade.

O Presidente da MAG considerou que há situações em que o Regulamento Eleitoral prevê a perda administrativa de mandato, por exemplo, quando não há renovação.

Colocou em seguida à votação as alterações ao Regulamento Eleitoral, as quais foram aprovadas por unanimidade.

No último ponto da Ordem de Trabalhos, Outros Assuntos, o delegado Eduardo Correia debruçou-se sobre a problemática do Desporto Escolar, visto que a Associação de Lisboa cobra taxas de inscrição e de participação e que tem como associados vários colégios e associações de pais. Leu depois as condições necessárias para a inscrição dos grupos-equipa na FPJ, constantes do protocolo com a Direção Geral da Educação, e reteve-se no último ponto, em que está determinado que os alunos inscritos por esta via estão isentos do pagamento de qualquer taxa. Consequentemente questionou a Direção da FPJ sobre o ressarcimento dos custos associados à inscrição de colégios e da participação destes alunos em provas e da perda das receitas das taxas cobradas, visto que estes colégios e alunos se inscrevem agora através do Desporto Escolar, beneficiando da isenção de pagamento de taxas. Concluiu não poder dispensar o pagamento de um colégio, quando ao clube do bairro é imposto tal pagamento, não sendo admissível tratamentos distintos.

O delegado Jorge Fernandes levantou questões relativas às bolsas do Alto Rendimento, procurando saber quando serão pagas aos atletas e clubes que a elas têm direito por mérito desportivo e com que valores isso será feito, depois das alterações comunicadas na circular 005/16. Perguntou ainda se há algum árbitro a beneficiar dessas bolsas.

O delegado Pedro Pinheiro reforçou a preocupação com as questões levantadas pelo delegado Eduardo Correia relativas ao Desporto Escolar, contextualizando a realidade no Porto.

O delegado André Alves perguntou se a FPJ, instituição de Utilidade Pública Desportiva, tem conhecimento da atribuição de graduações de 7º e 8º Dan por uma outra instituição portuguesa, se reconhece essas graduações e, não as reconhecendo, o que pensa fazer.

O delegado Jorge Fernandes fez questão de indicar a presença dos elementos da Comissão Nacional de Graduações na Assembleia Geral, nomeadamente os delegados Fausto Martins de Carvalho, Jorge Batista e Manuel Francisquinho, aproveitando a oportunidade para questionar a razão pela qual não é actualizada a página com a composição da Comissão Nacional de Graduações.

O Secretário-geral respondeu às questões levantadas pelos delegados Eduardo Correia e Pedro Pinheiro sobre o Desporto Escolar, considerando insanável a inscrição na FPJ de alunos constantes das listas do Desporto Escolar através das Associações, não podendo haver cobrança de qualquer valor a alunos ou escolas. Informou ainda que a FPJ com afetação de uma verba no orçamento para esta área podia prever e pode acolher e suprir as Associações com a perda de receitas que daí advém. Sobre as bolsas, referiu que foi alargado o leque dos atletas do Alto Rendimento com direito a bolsas a partir de janeiro do corrente ano e que os atletas receberão os valores definidos em 2015 referentes aos meses desse ano e com os novos valores a partir de janeiro de 2016, justificando com as condições financeiras as opções tomadas.

Para terminar o Presidente da MAG deu a palavra ao Presidente da Direção, que, em resposta ao delegado André Alves, afirmou desconhecer a situação relativa às graduações de Judo exteriores à FPJ.

Deu então o Presidente da MAG por terminada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata, que representa fielmente o que se passou.

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Carlos Alberto Correia Andrade

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

Paulo Newton Pacheco de Canto e Castro

Federação Portuguesa de Judo

O Secretário da Mesa da Assembleia-Geral

Filipe Duque Vieira e Carmo Ferreira

Declaração de Voto do delegado Mário Coelho

"Lisboa, 7 de fevereiro de 2016

O meu voto contra na votação do plano orçamental para o ano 2016, foi pelo facto de o Sr. Secretário-geral ter afirmado que havia contratos-programa para as seguintes rúbricas: Judo adaptado, Judo feminino e Judo escolar. Ora por tal os 16.000 € não podem ser retirados destas rúbricas.

O delegado

Mário Coelho"

Federação Portuguesa de Judo

Ofícios entregues à MAG pelo Secretário-geral para constar da ata (4 pp)

Judo

Paulo Santa Marta <paulomarta@fpj.pt>

Regime Duodecimal 2016 - Envio de minuta de aditamento ao(s) contrato(s)-programa 2015 - Judo

1 mensagem

Flávio Martins <Flavio.Martins@ipdj.pt> 15 de janeiro de 2016 às 17:41
Para: "secretaria@fpj.pt" <secretaria@fpj.pt>, "luis.noronha@fpj.pt" <luis.noronha@fpj.pt>
Cc: Augusto Baganha <Augusto.Baganha@ipdj.pt>, Jorge Carvalho <Jorge.Carvalho@ipdj.pt>, Paulo Goncalves <Paulo.Goncalves@ipdj.pt>

Exmo. Senhor Presidente da

Federação Portuguesa de Judo

Por Despacho de 13 de janeiro de 2016, do Senhor Secretário de Estado do Desporto e Juventude, foi autorizado o pagamento de duodécimos até à celebração do contrato-programa para 2016, através da outorga de um aditamento ao contrato-programa de desenvolvimento desportivo – Atividades Regulares - celebrado em 2015, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Somos deste modo a comunicar o valor do duodécimo mensal a liquidar até à assinatura do contrato-programa definitivo para o ano de 2016, que se prevê ocorrer até ao final de fevereiro. Este montante tem em consideração a totalidade do apoio contratado em 2016 para o programa de Atividades Regulares:

Federação Portuguesa de Judo	
	Valor (€)
Contrato-Programa n.º	**CP/36/DDF/2016**
Valor mensal	**93.638,00**
Valor máximo a liquidar (3 duodécimos)	**280.914,00**

Remete-se ainda em anexo a minuta do aditamento ao contrato-programa a celebrar entre o Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. e a que V. Ex.ª preside para agendar com o signatário a assinatura do respetivo aditamento ao contrato-programa.

(X) Porém, o Instituto está impedido de celebrar novos contratos com entidades com obrigações por regularizar. Assim, a fim de permitir o agendamento da assinatura do aditamento ao contrato(s)-programa de 2015 em apreço, solicita-se a V. Ex.ª que se digne a regularizar a(s) situação(ões) seguinte(s).

- OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - European Open Feminino, Odivelas 2015

Resolvido

a. Anexo B do relatório final - Execução financeira do evento, em modelo próprio

b. Balancete analítico do centro de resultados

- Apresentação de Plano de Atividades e Orçamento 2016 da Federação, acompanhado com ata da Assembleia Geral que o aprova

Mais se informa que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 273/2010, de 1 de outubro, os pagamentos referentes a este aditamento aos contrato(s)-programa de 2015 começarão a ser efetuados logo que o mesmo seja assinado e entre em vigor, i. e., após a sua publicação no Diário da República.

Apresentamos os nossos cordiais cumprimentos.

CP_36_DDF - AR - Despacho - JUDO.pdf
203K

Federação Portuguesa de Judo

Federação Portuguesa de Judo

Luís Noronha <luis.noronha@fpj.pt>

Fwd: Formulário de Candidatura 2016 - Atividades Regulares - 19-01-2016

1 mensagem

Luís Noronha <luis.noronha@fpj.pt> 5 de fevereiro de 2016 às 17:39
Para: Eduardo Correia <eviterbocorreia@sapo.pt>

Aqui está uma das últimos mensagens do Flávio sobre o incumprimento da FPJ.

Abraço

——— Mensagem encaminhada ———
De: **Flávio Martins** <Flavio.Martins@ipdj.pt>
Data: 19 de janeiro de 2016 às 16:44
Assunto: RE: Formulário de Candidatura 2016 - Atividades Regulares - 19-01-2016
Para: Décio Faustino <decio@fpj.pt>, "secretaria@fpj.pt" <secretaria@fpj.pt>, "luis.noronha@fpj.pt" <luis.noronha@fpj.pt>
Cc: Paulo Goncalves <Paulo.Goncalves@ipdj.pt>

Exmos Senhores

Somos pelo presente a acusar a receção da v/ comunicação, sobre o assunto em epígrafe, a qual mereceu a nossa melhor atenção e análise.

Em anexo enviamos o quadro resumo da situação do processo de candidatura no qual estão indicados com "por regularizar" os elementos que devem ser entregues.

Solicitamos, por isso, a melhor atenção para o assunto.

De: Décio Faustino [mailto:decio@fpj.pt]
Enviada: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 15:57
Para: Flávio Martins
Assunto: Re: Formulário de Candidatura 2016 - Atividades Regulares - 18-01-2016

Caro Dr. Flávio,

Federação Portuguesa de Judo

FINANCIAMENTO ÀS FEDERAÇÕES 2016

Lista de verificação dos documentos apresentados

Federação Portuguesa de Judo

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO
Plano de Actividades 2016	por regularizar
Orçamento 2016	por regularizar
Cópia da acta da Assembleia Geral que aprova o Plano de Actividades 2016	por regularizar

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO
Programa Atividades Regulares	11-01-2016
Anexo A: Objetivos desportivos	11-01-2016
Anexo B: Acções de Preparação/ Estágios	11-01-2016
Anexo C: Ações de participação em competições internacionais	11-01-2016
Anexo D: Deslocações das Regiões Autónomas para participação em ações das Sel. Nacionais	11-01-2016

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO
Quadro n.º 1 - Número de praticantes filiados na federação	19-01-2016
Quadro n.º 2 - Implantação geográfica da modalidade no País	19-01-2016
Quadro n.º 3 - Principais classificações obtidas em Campeonatos do Mundo, da Europa e em outras competições internacionais	19-01-2016
Quadro n.º 4 - Eventos desportivos internacionais a realizar em Portugal	19-01-2016
Quadro n.º 5 - Identificação e caracterização dos Agrupamentos de Clubes	19-01-2016
Quadro n.º 7 - Avaliação da concretização dos objetivos desportivos do programa	19-06-2016

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO
Regionais	19-01-2016
Nacionais	19-01-2016
Internacionais	19-01-2016

DOCUMENTOS	SITUAÇÃO
Declaração(ões), emitida(s) pela(s) entidade(s) seguradora(s)	por regularizar
Lista nominal, em formato electrónico, dos agentes desportivos inscritos	19-01-2016
Quadro n.º 6 - Registo dos clubes e demais entidades filiadas na federação	19-01-2016

19-01-2016